



O Legislativo

Publicação Oficial da Câmara Municipal de Ubá

Impresso Especial
9912180105/2007-DR/MG
Câmara Municipal de Ubá



UBÁ - MINAS GERAIS ■ WWW.CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ TEL: 32-3539-5000 ■ IMPRENSA@CAMARAUBA.MG.GOV.BR ■ ANO IV - Nº 47 -28 de Fevereiro / 2010

Comissão vai modernizar Lei Orgânica



Os Vereadores Paulo César Raymundo (DEM), Antero Gomes de Aguiar (PT), Rosângela Alfenas (PSDB), Jorge Custódio Gervásio (PV), Vinícius Samôr de Lacerda (PT) e Luiz Alberto Gravina (PMDB) são os integrantes da Comissão Especial que irá fazer a modernização da Lei Orgânica de Ubá (D), promulgada em 23 de março de 1990.

O requerimento 231/09, apresentado pelos vereadores Vinícius Samôr de Lacerda (PT), Luiz Alberto Gravina (PMDB) e Antero Gomes de Aguiar (PT) e aprovado por unanimidade dos parlamentares ubaenses, solicitava a criação de uma Comissão Especial com a

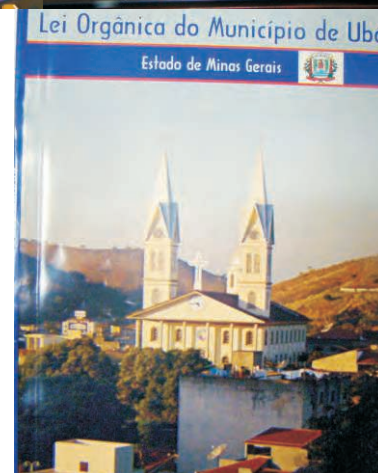
finalidade de realizarem estudos e trabalhos de reformulação, adaptação e modernização da Lei Orgânica de Ubá.

De acordo com o artigo 44 do Regimento Interno da Câmara, os membros efetivos e suplentes das Comissões Especiais são nomeados pelo

Presidente da Câmara Municipal, por indicação dos líderes de bancada, observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

Após entendimento, a Mesa Diretora empossou os três membros titulares e três

membros suplentes, respectivamente: Vinícius Samôr de Lacerda (PT), Rosângela Maria Alfenas de Andrade (PSDB), Luiz Alberto Gravina (PMDB), Paulo César Raymundo (DEM), Jorge Custódio Gervásio (PV) e Antero Gomes de Aguiar (PT).



Pág 03

Destaques

Parlamentar pede benfeitorias para colônia Pe. Damião

Pág 02

Vereadores apresentam requerimentos sobre contratos

Pág 04

Vereador pede sinal de TV digital para Ubá

Pág 06

TSE divulga o calendário eleitoral de 2010

Pág 07

Vereador pede Delegacia de Mulher na cidade

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. Desde então, os governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência, que já é reconhecido também como um grave problema de saúde pública. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), “as consequências do abuso são profundas, indo além da saúde e da felicidade individual e afetando o bem-estar de comunidades inteiras”. Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofram caladas e não peçam ajuda. Para elas é difícil dar um basta naquela situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela

violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela idéia do “ruim com ele, pior sem ele”.

Com este pensamento, foi aprovada por unanimidade a representação 004/10, de autoria do Vereador Vinícius Samôr, solicitando à Secretaria de Estado da Defesa Social e ao Delegado Geral de Polícia Civil do Estado a construção de uma Delegacia da Mulher no município.



Vereadores aprovam a iniciativa

Pág 05

Palavra do Presidente

As perspectivas para 2010

*Claudio Ponciano

A sessão legislativa de 2010 iniciou-se em 02 de fevereiro, será dividida em dois períodos com um pequeno recesso de 15 dias na segunda quinzena de julho.

Nosso grande desafio em 2010 será dar continuidade nas discussões iniciadas no primeiro ano desta legislatura. Para facilitar esta continuidade foi elaborado um relatório das atividades da Câmara na sessão legislativa de 2009. Este relatório foi apresentado aos vereadores (a) na primeira reunião ordinária de 2009 para as correções necessárias e será publicado nos próximos meses. Ainda com o objetivo de dar continuidade nas discussões e favorecer a participação qualitativa da comunidade, mais dois instrumentos estão sendo concluídos. Um relatório da Câmara Itinerante que irá permitir um melhor conhecimento dos nossos povoados e distritos, suas potencialidades e suas necessidades; Um relatório muito bem elaborado pela equipe de assessoria da Câmara Municipal, do Seminário Municipal sobre a Estratégia da Saúde da Família. Este relatório está em fase de conclusão e será entregue as comunidades nas próximas semanas, ele servirá de texto base para a Conferência Municipal de Saúde.

Serão seis reuniões da Câmara itinerante em 2010, com agenda já definida, com início na primeira semana de março e fim no mês de novembro.

Nossa agenda apresentada aos vereadores (a) contempla todas as atividades do legislativo possíveis de ser planejada e com espaço reservado para o que surgir de inesperado. Queremos evitar os atropelos do final de ano, quando várias sessões são marcadas para a mesma época.

A revisão da lei orgânica deve tomar muito tempo dos

vereadores neste primeiro trimestre. Após 20 anos da sua promulgação a Lei Orgânica do município passará por uma revisão total com a finalidade de adequação as mudanças constitucionais dos anos noventa e dois mil.

Leis importantes para o município, que são de iniciativa do Poder Executivo devem chagar na Câmara Municipal para serem discutidas e votadas em 2010/2011. O Código de posturas que é de 1977, está sendo preparado pelo executivo e em breve iniciará seu tramite. O Plano Municipal de Saneamento Básico, também está sendo discutido no executivo, e é condição para a implantação das políticas de saneamento: Limpeza pública; coleta de tratamento de água e esgoto; aterro sanitário, entre outros. Por isso acredito que este projeto de lei, também de iniciativa do executivo, chagará ao legislativo a qualquer momento. Finalmente o código de obras que está sendo discutido no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e deve ser o primeiro a ser encaminhado a Câmara.

Outro assunto que deve continuar mobilizar os vereadores neste ano de 2010 e merece uma estratégia especial para atuação de todos nós, é a baixa qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de serviço público. Coleta de Lixo; Energia, Água e Transporte Coletivo. Diante de um grande numero de reclamações dos usuários, nós vereadores temos falado muito no plenário da Câmara, mas agido com pouca eficiência.

Sem dúvida nenhuma a Câmara Municipal de Ubá, neste ano de 2010, continuará sendo o grande fórum de debate e a principal articuladora das preocupações dos ubaenses.

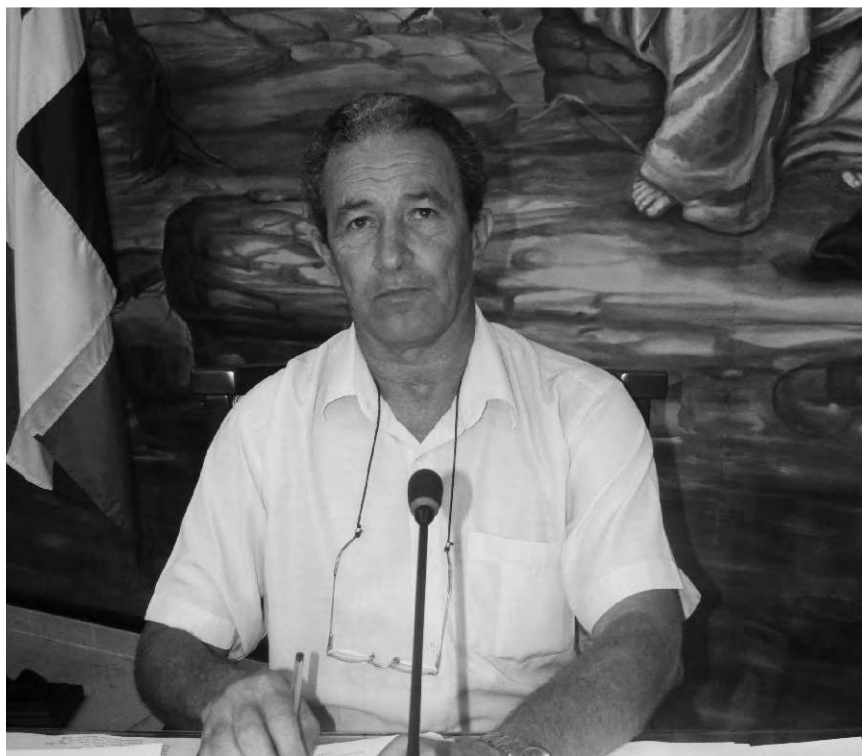
Vice-Presidente divulga Nota sobre votação do projeto sobre o reajuste salarial dos servidores

Com o intuito de esclarecer a votação sobre o então projeto de Lei 130/09, que “dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos, bem como das pensões, e contém outras disposições”, o gabinete do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador Carlos da Silva Rufato, através da Assessoria de Comunicação do Legislativo ubaense informa:

□ Sete vereadores votaram a favor da matéria (Paulo César Raymundo – DEM; Carlos da Silva Rufato – PSDB; Rosângela Maria Alfenas de Andrade – PSDB; Luiz Alberto Gravina – PMDB; Dalmo José Coelho – PT; Antero Gomes de Aguiar – PT; e Vinícius Samôr de Lacerda – PT); □ hApenas dois vereadores votaram contra a matéria (Jorge Custódio Gervásio – PV e Maurício Valadão Reimão de Melo – PTB);

□ Caso o projeto fosse rejeitado, o reajuste do salário dos Servidores Públicos Municipais de Ubá seria apenas o índice utilizado para medir a inflação no país (IPCA);

□ A matéria aprovada, de autoria do Poder Executivo, garantiu ao servidor público um abono



Vereador Carlos Rufato (PSDB), Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ubá

salarial, além do reajuste do IPCA; □ O Poder Legislativo não pode, conforme diz a Constituição Federal, atribuir gastos ao Poder Executivo, ou seja, não é permitido por Lei que os vereadores apresentem projetos para que o município tenha

despesas;

□ O Poder Legislativo não pode interferir nos atos do Poder Executivo, o que a Constituição Federal denomina ingerência de poderes.

O Vereador Carlos Rufato (PSDB) assina a nota.

Parlamentar pede benfeitorias para colônia Pe. Damião

Um dos objetivos do Programa Câmara Itinerante fazer as primeiras reuniões nos distritos e povoados do município é aproximar e integrar a comunidade da às ações do Poder Legislativo Municipal.

Esse tipo de atividade, que está sendo feito em bairros, distritos e povoados, valoriza e resgata a auto-estima das comunidades locais, além de fortalecer a atuação dos parlamentares. À medida que se conhece o que é a Câmara Municipal, todos podem se valer dela para melhorar a qualidade de vida de suas comunidades.

A função de um vereador não é muito visível, pois é o Executivo que tem em suas mãos o orçamento do município, a máquina administrativa, é ele (Prefeito) quem constrói, eletrifica, reforma, contrata.

É com equilíbrio e visando o bem estar da população ubaense que os Vereadores acatam as solicitações da população através de

Requerimentos, Indicações, Representações, Projetos de Leis, Emendas ao orçamento, ou encaminhamento às instâncias adequadas (Prefeito, Secretarias, Procon, Ministério Público, etc.). Esta ação conjunta (população e Legislativo) pode proporcionar grandes avanços comunitários. Principalmente através do Programa Câmara Itinerante. Mesmo com um amplo salão de reuniões com capacidade para mais de 200 pessoas, a população não tem como acompanhar todos os trabalhos realizados pelo Poder Legislativo em seu plenário.

Devido a este fato, através do programa Câmara Itinerante, os vereadores vão até a população para escutar seus anseios e, caso necessário, elaborar Leis ou encaminhar para as instâncias devidas.

A primeira reunião do programa aconteceu em 18 de junho de 2009, na Colônia Padre Damião e vários pedidos foram feitos pela comunidade. Entre estes pedidos

estavam a promoção de um projeto educacional e de entretenimento para os jovens e a construção de uma quadra poliesportiva coberta.

Entretanto, as solicitações ainda não foram atendidas pelo Executivo. Com o objetivo de reforçar o anseio da comunidade, o Vereador Luiz Alberto Gravina (PMDB) apresentou o requerimento 012/10, solicitando a construção de uma área de lazer e uma quadra poliesportiva no Povoado São Domingos.

“ Sabemos que aquela comunidade carece de infraestrutura e outras obras. Mas, no momento, percebo também a necessidade de uma área esportiva que atenda os moradores. Há muitas crianças e adolescentes no local que poderiam praticar esporte. Todavia, não o fazem por falta de um lugar adequado”, justifica o autor. A proposição foi aprovada por unanimidade durante a reunião ordinária do dia 18/02.

Câmara Municipal de Ubá

Mesa diretora - Biênio 2009/2010

Presidente:

Claudio Ponciano (PT)
claudio.ponciano@camarauba.mg.gov.br

Vice - Presidente:

Carlos da Silva Rufato (PSDB)
carlos.rufato@camarauba.mg.gov.br

2º Vice - Presidente:

Jorge Custódio Gervásio (PV)
jorge.gervasio@camarauba.mg.gov.br

1ª Secretária:

Rosângela Alfenas (PSDB)
rosangelaalfenas@camarauba.mg.gov.br

2º Secretário:

Paulo César Raymundo (DEM)
paulo.pc@camarauba.mg.gov.br

Diretora Geral:

Maria Letícia Mendonça Maciel
leticia.diretora@camarauba.mg.gov.br

Assessoria de Comunicação:

Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
martim.barbosa@camarauba.mg.gov.br

Revisão:

Norma Sueli Pereira Nascimento
norma.legislativo@camarauba.mg.gov.br

Assessoria Jurídica:

Cristiana Janaína B. J. dos Santos
(OAB/MG 110.021)
cristiana.juridico@camarauba.mg.gov.br

E-mail:

contatos@camarauba.mg.gov.br

site:

www.camarauba.mg.gov.br

Endereço:

Rua Santa Cruz, 301
CEP 36500 000
Ubá - Minas Gerais

Telefone:

32-3539-5000 (PABX)

O Legislativo

Jornalista Responsável:

Martim A. C. Barbosa
(JP 10.040/MG)
imprensa@camarauba.mg.gov.br

Impressão:

Maffer Gráfica e Editora Ltda
CNPJ: 04.415.126-0001/88

Tiragem:

1000 exemplares.
Quinzenal

Câmara institui comissão para revisão da Lei Orgânica de Ubá

O requerimento 231/09, apresentado pelos vereadores Vinícius Samôr de Lacerda (PT), Luiz Alberto Gravina (PMDB) e Antero Gomes de Aguiar (PT) e aprovado por unanimidade dos parlamentares ubaenses, solicitava a criação de uma Comissão Especial com a finalidade de realizarem estudos e trabalhos de reformulação, adaptação e modernização da Lei Orgânica de Ubá.

A Lei Orgânica do Município (LOM) é uma lei municipal correspondente, de uma forma local, à constituição federal e estadual. A LOM oferece ao município instrumentos legais capazes de enfrentar as grandes transformações que a cidade passa, o que vai proporcionar nova ordem ao desenvolvimento de todo o município.

Sendo assim, a Lei Orgânica é o instrumento maior de um município, promulgada pela Câmara Municipal, que atende princípios estabelecidos na constituição federal e estadual. Nela está contida a base que norteia a vida da sociedade local, na soma comum de esforços visando o bem estar social, o progresso e o

desenvolvimento de um povo.

Segundo o texto da proposição, a elaboração da Lei Orgânica, ocorrida há 20 anos, tem a necessidade de ser reformada e modernizada, já que a cidade passou por mudanças.

De acordo com o artigo 44 do Regimento Interno da Câmara, os membros efetivos e suplentes das Comissões Especiais são nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, por indicação dos líderes de bancada, observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

Após entendimento, a Mesa Diretora empossou os três membros titulares e três membros suplentes, respectivamente: Vinícius Samôr de Lacerda (PT), Rosângela Maria Alfenas de Andrade (PSDB), Luiz Alberto Gravina (PMDB), Paulo César Raymundo (DEM), Jorge Custódio Gervásio (PV) e Antero Gomes de Aguiar (PT).

O Vereador Dr. Valadão (PTB) deixou claro que também quer participar do processo. “Não quero integrar a Comissão, mas faço questão de contribuir. A revisão da Lei Orgânica é muito importante para o



Rosângela Alfenas (PSDB), o petista Vinícius Samôr (C) e Luiz Alberto Gravina (PMDB) serão os membros titulares da Comissão



Paulo César Raymundo (DEM), o petista Antero do Ônibus (D) e Jorge da Kombi (PV) serão os membros suplentes

nosso município”, disse. O Presidente da Câmara, Vereador Cláudio Ponciano (PT), ressaltou a importância de todos participarem do processo. “O Regimento Interno prevê a participação

de apenas seis Vereadores na Comissão. Entretanto, isso

de funcionamento de 90 dias.

Vereador quer informações sobre obras

O Vereador Maurício Valadão Reimão de Melo (PTB) apresentou dois requerimentos durante a reunião ordinária do dia 18/02, solicitando informações sobre obras do Executivo.

O requerimento 008/10, solicita informações com relação ao Anexo V da resolução – Secretaria Estadual de Saúde – nº. 1904, de 19 de junho de 2009, que contempla o município de Ubá com a quantia de R\$ 690 mil, para a construção de duas unidades básicas de saúde e aquisição de equipamentos, nos bairros São José e Santa Edwiges.

O Parlamentar pede informações sobre a situação das obras, da documentação e da vinda dos recursos.

Já no requerimento 009/10, Dr. Valadão requer esclarecimentos sobre a mensagem enviada pelo

Executivo e aprovada pelos vereadores em janeiro de 2009 (obras conveniadas com o Governo Federal) referente a obras como a construção de um ginásio poliesportivo, urbanização da orla da Av. Beira Rio, revitalização da pça. Guido Marliere, reconstrução de pontes e passarelas além da reconstrução de muros de construção.

O documento solicita informações referentes a data de início das obras, data e valor dos repasses e data do encerramento das respectivas obras por contrato.

As proposições foram aprovadas por unanimidade.

Distritos

Através do Requerimento 004/10, o Vereador Maurício Valadão (PTB) solicitou a revisão das obras realizadas na serra de Ubari. De acordo com o Parlamentar, “tais obras, terminadas há menos de seis meses, com grande

dispêndio financeiro para os contribuintes, não suportaram o período chuvoso dos últimos meses, e a estrada está repleta de perigosos buracos em toda a extensão da serra”.

Segundo o Vereador Dalmo José Coelho (PT), a estrada já esteve em condições piores. “É certo que a estrada não está em ótimas condições. Entretanto, as obras já realizadas melhoraram muito a situação em vista do que era nos últimos anos. Nosso distrito ficou abandonado por vários anos e vamos continuar lutando por melhorias para a população. Inclusive, atendendo a um pedido nosso, o Executivo conseguiu uma verba no valor de R\$487,5 mil para a pavimentação de 3 km da serra”, disse o vereador que reside no local, referindo-se a uma correspondência emitida pela prefeitura sobre repasse do Orçamento Geral da União. A

contrapartida do município será de R\$ 62,7 mil.

O distrito de Ubari foi criado e anexado ao município de Ubá pela Lei Estadual 336, de 27 de

dezembro de 1948. Atualmente, o distrito possui população estimada em 1,6 mil habitantes, estando há cerca de 22 km do centro do município.



Dr. Valadão (PTB), autor do Requerimento

Notas

Projetos foram aprovados por unanimidade

Durante a primeira reunião ordinária de 2010, sete projetos estavam em pauta para discussão e votação dos vereadores. Todos eles foram apresentados em 2009 e eram referentes à denominação de logradouros públicos da cidade. Os projetos foram votados de forma englobada e aprovados por unanimidade. Ainda no início da reunião, a sessão foi interrompida para que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR) pudesse emitir parecer sobre três projetos.

Saque do FGTS

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 6609/09, do Senado, que reduz de 70 para 65 anos a idade mínima para o trabalhador ter direito a sacar o dinheiro em sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Atualmente, a legislação (Lei 8036/90) autoriza o saque do fundo em diversas situações, como em casos de demissão sem justa causa, compra da casa própria, fechamento de empresa, aposentadoria pela Previdência Social e se o trabalhador ou algum de seus dependentes for portador de câncer. Para o autor da proposta, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), a idade mínima de 70 anos é muito elevada, porque a expectativa de vida do brasileiro (de 72,86 anos, de acordo com o IBGE) faz com que, em média, a pessoa tenha menos de três anos para usufruir os recursos. "Proponho que o trabalhador que já possui moradia própria ou não se interessa em adquiri-la e que ainda está no mercado de trabalho não tenha que esperar os 70 anos de idade para ter acesso ao que é seu. Afinal, aos 70 anos, provavelmente estará aposentado, podendo sacar os recursos por motivos de aposentadoria", argumenta o senador.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acostamento para Rodovia

Através da Representação 001/10, o Vereador Antero Gomes de Aguiar (PT) solicitou ao engenheiro chefe da Coordenadoria Regional do DER/MG que seja criado um acostamento na Rodovia Ubá/Divinésia (MG-124). De acordo com o documento apresentado pelo parlamentar, existe um intenso tráfego de pedestres e ciclistas que fazem este percurso e, atualmente, dividem espaço com veículos motorizados. A Representação foi aprovada por unanimidade.

Detran esclarece dúvidas sobre Licenciamento anual de veículos, fiscalização e documentos obrigatórios

Departamento de Trânsito de Minas Gerais



O Chefe do Departamento de Trânsito, Órgão Executivo de Trânsito de Minas Gerais, integrante da estrutura da Polícia Civil, tendo em vista que a tabela de licenciamento para o ano de 2010, dos veículos registrados neste Estado, só será editada, publicada e divulgada após 31/03/2010, presta os seguintes esclarecimentos, conforme orientação do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, relativos ao licenciamento, documentos de porte obrigatório do condutor do veículo e fiscalização de

trânsito:

Não há obrigatoriedade do licenciamento do veículo, do exercício 2010, nem de seu porte, antes dos prazos a serem estabelecidos em Portaria do DETRAN/MG.

É documento de porte obrigatório do condutor do veículo: CRLV/2009 ou CRLV/2010, no original; Autorização para Conduzir Ciclomotor - ACC, Permissão para Dirigir - PPD ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, no original.

A fiscalização de trânsito exigirá do condutor do veículo os documentos especificados

no item anterior, não competindo fiscalizar quanto ao pagamento de débitos relativos ao veículo.

Em havendo registro ou movimentação cadastral do veículo (transferência de propriedade, alteração de dados ou 2ª via do Certificado de Registro do Veículo - CRV) será emitido, incontinenti, o CRLV/2010.

Para emissão e recebimento do Certificado de Licenciamento Anual/2010, os débitos, acaso existentes, devem estar quitados (IPVA, Seguro Obrigatório, Taxa de Licenciamento e multas).

O certificado de licenciamento será enviado pelos correios, com Aviso de Recebimento (AR), sendo disponibilizada a informação, de entrega ou não, no site dos Correios www.correios.com.br, que após a terceira tentativa de entrega, em não obtendo êxito, ficará à disposição na Unidade do Correio da região/cidade do

proprietário do veículo pelo prazo de 30 dias, findo esse prazo será devolvido à Unidade de Trânsito em que se encontra registrado o automotor.

Havendo débito e/ou irregularidade cadastral, o CLA/2010 não será emitido, disso sendo o proprietário do veículo informado.

Para maior tranquilidade dos proprietários de veículos automotores, registrados no Estado de Minas Gerais, o DETRAN/MG comunicará a todos os Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito, inclusive de outros Estados, por meio do DENATRAN, as orientações acima elencadas.

Consulte o site www.detrannet.mg.gov.br acerca do licenciamento de seu veículo e outras dúvidas. Quem assina a nota é o Delegado Geral de Polícia - Chefe do Detran/MG, Oliveira Santiago Maciel.

Vereadores apresentam requerimentos sobre contratos

A solicitação de informações relativas à reforma e melhoria do Terminal Rodoviário Deputado Felipe Balbi, estabelecidas por meio de contrato de concessão onerosa entre a Prefeitura Municipal de Ubá e a empresa Riêra Empreendimentos e Administração Ltda, bem

como informações relativas à fiscalização dos demais serviços do mencionado contrato. Este foi o tema do Requerimento 002/10, de autoria do Vereador Jorge Custódio Gervásio (PV). Já o segundo requerimento, de autoria do Vereador Luiz

Alberto Gravina (PMDB), solicita informações sobre o vencimento do contrato com a Consita e sugere que na próxima contratação da empresa responsável pela limpeza urbana no município de Ubá o edital de licitação especifique que os caminhões

de coleta de lixo sejam modernos, equipados com toda a tecnologia disponível no mercado atualmente, de forma a evitar o vazamento de chorume pelas ruas da cidade. As proposições foram aprovadas por unanimidade durante a reunião do dia 08/02.

Vereador emite nota sobre proposição rejeitada

Com relação ao requerimento apresentado solicitando a presença do Secretário Municipal de Obras, Dr. Iran Silva Coury, para que viesse ao plenário da Câmara Municipal de Ubá a fim de esclarecer aos senhores vereadores e à população sobre os serviços de asfaltamento realizados no

pátio da Concessionária Volks Wagen (Auto Revendedora), no dia 23 de janeiro do ano corrente, o Vereador Jorge Custódio Gervásio, líder do PV na Câmara, informa:

Sete vereadores votaram contra a matéria (Paulo César Raymundo - DEM; Carlos da Silva Rufato - PSDB;

Rosângela Maria Alfenas de Andrade - PSDB; Luiz Alberto Gravina - PMDB; Dalmo José Coelho - PT; Antero Gomes de Aguiar - PT; e Vinícius Samôr de Lacerda - PT);

Apenas dois vereadores votaram a favor da matéria (Jorge Custódio Gervásio - PV e Maurício Valadão Reimão de

Melo - PTB);

O intuito da presente proposição é esclarecer os fatos de forma transparente, privilegiando o debate democrático.

Quem assina a nota é o Vereador Jorge Custódio Gervásio, Líder do PV na Câmara.

Acompanhe as reuniões da Câmara Municipal de Ubá

Segundas-Feiras às 19h

Rua Santa Cruz, 301

www.camarauba.mg.gov.br
imprensa@camarauba.mg.gov.br



Vereador pede Delegacia de Mulher na cidade

Na definição da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994), a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) reconheceu formalmente a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos. Desde então, os governos dos países-membros da ONU e as organizações da sociedade civil têm trabalhado para a eliminação desse tipo de violência, que já é reconhecido também como um grave problema de saúde pública.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), “as consequências do abuso são profundas, indo além da saúde e da felicidade individual e afetando o bem-estar de comunidades inteiras”.

A violência acontece porque, sociedade atual, muita gente ainda acha que o melhor jeito de resolver um conflito é a

violência e que os homens são mais fortes e superiores às mulheres. É assim que, muitas vezes, os maridos, namorados, pais, irmãos, chefes e outros homens acham que têm o direito de impor suas vontades às mulheres.

Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofram caladas e não peçam ajuda. Para elas é difícil dar um basta naquela situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela idéia do “ruim com ele, pior sem ele”.

Muitas se sentem sozinhas, com medo e vergonha. Quando pedem ajuda, em geral, é para outra mulher da família, como a mãe ou irmã, ou então alguma amiga próxima, vizinha ou colega de trabalho. Já o número de mulheres que recorrem à polícia é ainda menor. Isso acontece principalmente no



A proposição foi aprovada por unanimidade dos Vereadores

caso de ameaça com arma de fogo, depois de espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos.

As mulheres que sofrem violência podem procurar qualquer delegacia, mas é preferível que elas vão às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), também chamadas de Delegacias da Mulher (DDM).

Com este pensamento, foi aprovada por unanimidade a representação 004/10, de

autoria do Vereador Vinícius Samôr, solicitando à

Câmara irá homenagear mulheres em Sessão Solene



Plenário da Câmara irá receber homenageadas e convidados durante Sessão Solene

No dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução

na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno

dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato

totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o oito de março passaria a ser o "Dia Internacional da Mulher", em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Ao criar esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe um dia terminar, com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e

desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

No Brasil, pode-se dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino.

As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no executivo e legislativo.

Em sessão solene que irá acontecer no dia 13 de março, a Câmara Municipal de Ubá irá homenagear dez mulheres por ocasião do Dia Internacional da Mulher, conforme Lei 3445, de 14 de abril de 2005, de autoria do Vereador Dr. Valadão. Os vereadores indicaram os nomes de suas homenageadas que receberão um diploma alusivo à data.

Câmara divulga demonstrativos de Receitas e Despesas de Dezembro de 2009

Demonstrativo de Receitas e Despesas	
Mês: Dezembro de 2009	Valores em R\$
Câmara Municipal de Ubá	
Rua Santa Cruz, 301, Centro, Ubá-MG	
Biênio 2009/2010	
1. Receitas	273.308,43
Repasse da Prefeitura Municipal de Ubá	266.667,00
Receitas de Aplicação Financeira	6.641,43
2. Despesas	
2.1 Despesas com Pessoal	
Subsídio Vereadores + Gratificação Natalina	87.660,00
(-) INSS	(6.373,26)
(-) IRRF	(7.528,34)
Subsídio Vereadores Líquido (Mês de Dezembro + Gratificação Natalina)	37.044,74
INSS Patronal (Mês de Dezembro + Gratificação Natalina)	19.285,20
Total	106.945,20
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Comissionados	45.605,87
(-) INSS	(3.829,76)
(-) IRRF	(2.520,54)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Comissionados Líquido	39.255,57
INSS Patronal	8.403,38
Total	54.009,25
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Efetivos	47.413,18
(-) UBAPREV	(5.861,44)
(-) IRRF	(1.122,35)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Servidores Efetivos Líquido	23.863,15
UBAPREV Patronal	11.950,56
Total	59.363,74
Total Geral das Despesas com Pessoal	220.318,19
2.2 Despesas Administrativas	
Água (Copasa)	301,29
Luz	3.073,34
Telefone	2.387,65
Alimentação	326,65
Água Mineral (Ref.Meses de Outubro,Novembro e Dezembro)	588,00
Combustível para o carro da Câmara Municipal de Ubá	386,58
Materiais de higiene, limpeza e escritório (Licitação para 06 meses)	5.114,26
Gêneros Alimentícios (Licitação para 02 meses)	361,84
Correios + Serviços de Entrega Rápida em Ubá	3.059,53
Tarifas Bancárias	32,20
Diárias	273,46
Total Geral das Despesas Administrativas	15.904,80
2.3 Serviços de Terceiros	
Sistema de Gestão Fiscal	1.769,00
Manutenção das linhas telefônicas (PABX)	207,04
Manutenção das Máquinas Copiadoras	197,30
Hospedagem de Website	289,90
Sistema Contábil - Departamento Pessoal	279,00
Serviços Gráficos	5.474,00
Vigilância, Limpeza e Conservação (Ref. Novembro e Dezembro)	14.610,00
Manutenção do Elevador	240,00
Monitoramento de sede da CMU (Ref. Novembro e Dezembro)	160,00
Filmagem das Sessões Solenes	1.800,00
Serviços para a Sessão Solene	1.208,57
Diagramação de Cartilhas	864,00
Uniformes para Servidores da Câmara Municipal	6.891,54
Recarga de Cartuchos	60,00
Encadernações e Cópias de chaves	32,00
Conservação e Reparos na entrada da sede da Câmara	624,34
Serviços no veículo oficial da Câmara	357,00
INSS Patronal sobre Serviços de Terceiros - Pessoa Física	208,51
Total Geral das Despesas com Serviços de Terceiros	35.272,20
2.4 Material de Expediente	2.431,85
2.5 Equipamentos e Material Permanente	0,00
Total das Despesas do mês de Dezembro	273.927,04
Déficit Financeiro	(618,61)
Total das Despesas Acumulado em 2009	1.945.106,76
Superávit Financeiro Acumulado Acumulado no ano de 2009	1.284.545,30
Ubá, 30 de Janeiro de 2010	
Angelino Fernandes Silva Contador CRC-MG 092.472/0-4	Guilherme Ramos de Araújo Contador CRC-MG 0802207/0-2

Vereador pede sinal de TV digital para Ubá



Vereadores aprovaram a proposição por unanimidade

A TV aberta transmitida para os televisores existentes em 90% das residências brasileiras utiliza canais analógicos com largura de banda de seis MHz. Na TV Digital a transmissão do áudio e do vídeo passa a ser feita através de sinais digitais que, codificados, permitem um uso mais eficiente do espectro eletromagnético, devido ao aumento da taxa de transmissão de dados na banda de frequências disponível. É possível, desta forma, transmitir som e imagem de melhor qualidade e viabilizando a Televisão de Alta Definição (HDTV). A TV digital apresenta algumas funcionalidades que permitem uma interatividade entre o telespectador e a emissora possibilitando o acesso a informações adicionais como, por exemplo, o menu de programação; a interação do usuário com a emissora, através de um canal de retorno via linha telefônica por exemplo, possibilitando a este votar ou fazer compras. Em dezembro de 2009, o padrão ISDB-T de TV Digital completou 2 anos de operação no Brasil, neste período o padrão denominado nipo-brasileiro chegou a mais capitais cidades pólo e foi adotado por países da América do Sul. Entretanto, a TV Digital ainda enfrenta obstáculos à sua expansão. Em 2009, foi possível observar uma grande movimentação para promover a implantação da TV Digital em mais cidades. Atualmente a transmissão digital é realizada em 27 cidades,

sendo 19 delas capitais e oito são cidades pólo. De acordo com o Fórum SBTVD (Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre), a tecnologia cobre mais de 60 milhões de brasileiros. No ano passado os sinais eram operados em nove capitais, cobrindo 40 milhões de habitantes. As consignações de canais tiveram de acompanhar a expansão do número de cidades, até o momento foram consignadas 60 emissoras e retransmissoras em caráter permanente. Entre as consignadas estão inclusas emissoras universitárias as quais veiculam programação educativa. Entretanto, analistas apontam obstáculos que a TV Digital vem enfrentando, como lento crescimento em termos de usuários, o preço do conversor, a programação, qualidade da cobertura e a pouca interatividade. Com o intuito de solicitar do Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, informações sobre a chegada do sinal digital na cidade de Ubá, o Vereador Vinícius Samôr de Lacerda (PT) apresentou o requerimento 009/10. “ Sabemos que a conversão do sinal atual para o digital realizará uma verdadeira revolução tecnológica, não apenas nas transmissões, mas também na democratização dos canais, havendo espaço de conteúdo para TV's públicas, comunitárias e canais com o objetivo de fortalecer e estimular a cidadania”, afirma o autor da proposição, aprovada por unanimidade.

Os demonstrativos de Receitas e Despesas também podem ser acessados através do site da Câmara Municipal de Ubá

www.camarauba.mg.gov.br

TSE divulga o calendário eleitoral de 2010

	RESUMO - CALENDÁRIO ELEITORAL 2010
	JANEIRO
1/1/2010	Data a partir da qual as entidades ou empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos ficam obrigadas a registrar suas pesquisas
	MARÇO
5/3/2010	Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral expedir as instruções relativas às eleições
	ABRIL
3/4/2010	A partir desta data os partidos políticos, o Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) poderão analisar os programas de computador desenhovlvidos pela Justiça Eleitoral para as eleições de 2010
	MAIO
5/5/2010	Último dia para o eleitor requerer inscrição eleitoral ou transferência de domicílio
	JUNHO
10/6/2010	Data a partir da qual é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos
10/6/2010	A partir desta data as emissoras de rádio e televisão não podem transmitir programas apresentados por candidatos já escolhidos em convenção
30/6/2010	Último dia para realização das convenções
	JULHO
1/7/2010	Data a partir da qual não será veiculada propaganda partidária gratuita
5/7/2010	Último dia para os partidos re gistrarem os seus candidatos
6/7/2010	Data a partir da qual está liberada a propaganda eleitoral / aparelhagem de som na sede ou em veículos / comícios
	AGOSTO
6/8/2010	Último dia para a entrega da primeira prestação de contas parcial
17/8/2010	nício do período da propa ganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão
25/8/2010	Data em que devem estar julgados todos os pedidos de registro de candidatos de acordo com a competência do Tribunal
	SETEMBRO
6/9/2010	Último dia para a entrega da segunda prestação de contas parcial
18/9/2010	Data a partir da qual nenhum candidato, membro de mesa receptora e fiscal de partido poderão ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito
23/9/2010	Data em que todos os recursos sobre pedidos de registro de candidatos devem estar julgados pelo TSE
23/9/2010	Último dia para o eleitor requerer a segunda via do título eleitoral
28/9/2010	Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição, nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável
30/9/2010	Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão
30/9/2010	Último dia para propa ganda eleitoral em páginas institucionais na Internet
30/9/2010	Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas
30/9/2010	Último dia para realização de debates
	OUTUBRO
1/10/2010	Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral
2/10/2010	Último dia para entrega da segunda via do título eleitoral
2/10/2010	Último dia para a propaganda eleitoral mediante alto-falantes ou amplificadores de som, entre as 8 horas e as 22 horas. Também é o último dia para a promoção de caminhada, carreata, passeata ou carro de som e distribuição de material de propaganda política.
3/10/2010	DIA DO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES
5/10/2010	Início da propaganda eleitoral do segundo turno / propaganda com alto-falantes / comícios
14/10/2010	Último dia para o Tribunal Superior Eleitoral divulgar o resultado da eleição para presidente e vice-presidente da República e os Tribunais regionais divulgarem o resultado para governador e vice
16/10/2010	Data a partir da qual nenhum candidato que participará do segundo turno de votação poderá ser detido ou preso, salvo no caso de flagrante delito
16/10/2010	Data limite para o início do período de propaganda eleitoral gratuita, no rádio e na televisão, relativo ao segundo turno
26/10/2010	Data a partir da qual e até 48 horas depois do encerramento da eleição nenhum eleitor poderá ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto
28/10/2010	Último dia para propaganda política mediante reuniões públicas ou promoção de comícios e utilização de aparelhagem de sonorização fixa, entre as 8 horas e as 24 horas
29/10/2010	Último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão
29/10/2010	Último dia para a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral / último dia de debates e propaganda na internet
30/10/2010	Último dia para propaganda mediante alto-falantes ou amplificadores de som/carreatas e distribuição de material de propaganda
31/10/2010	DIA DO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES
	NOVEMBRO
2/11/2010	Último dia para entrega das prestações de contas relativas ao primeiro turno das eleições
11/11/2010	Último dia para o TSE e os tribunais regionais divulgarem o resultado das eleições nos locais em que houve segundo turno
30/11/2010	Último dia para entrega das prestações de contas relativas ao segundo turno das eleições
	DEZEMBRO
2/12/2010	Último dia para o eleitor que deixou de votar nas eleições de 3 de outubro apresentar justificativa ao juiz eleitoral
9/12/2010	Último dia do prazo para a publicação, em sessão, da decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos
30/12/2010	Último dia para o eleitor que deixou de votar no dia 31 de outubro apresentar justificativa ao juiz eleitoral

Notas

Região Eleitoral da Mata é instalada em Juiz de Fora

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Almeida Melo, inaugurou a nova sede para a Central de Atendimento ao Eleitor e para os seis cartórios eleitorais de Juiz de Fora. Durante a cerimônia, também foi instalada a Região Eleitoral da Mata, uma das 12 regiões eleitorais em Minas criadas para aperfeiçoar o funcionamento administrativo da Justiça Eleitoral no Estado. Integram a Região Eleitoral da Mata 50 zonas eleitorais.

A Região Eleitoral da Mata tem como sede o “Fórum Desembargador Ayrton Maia”. Além de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (1982/1996), Ayrton Maia foi presidente do TRE (1992/1994) e presidente do Tribunal de Justiça Desportiva de Minas Gerais (1992/1999). Maia também foi auditor-geral do Estado (1999 a 2002), presidente da Comissão de Ética Pública do Estado de Minas Gerais (2004 a 2005) e professor universitário. Nasceu em Juiz de Fora em oito de julho de 1926 e morreu em setembro de 2006.

Em seu discurso, o presidente do Tribunal ressaltou a importância de Juiz de Fora para a Justiça Eleitoral mineira e reafirmou os objetivos das regiões eleitorais criadas em sua gestão: “possibilitar convivência maior com partidos, advogados, eleitores, tendo inclusive como meta o voto responsável e o voto consciente”. O desembargador também lembrou a trajetória do homenageado, desembargador Ayrton Maia, com quem trabalhou no próprio TRE em 1992/1993 – o desembargador Almeida Melo compôs o Tribunal, na classe dos juristas, quando a instituição era presidida por Ayrton Maia. O presidente do TRE comentou também sobre as dificuldades de implantação de importantes reformas política e tributária e observou que a corrupção e a impunidade estão entre os problemas mais sérios do país.

Presente ao evento, o prefeito de Juiz Fora, Custódio Mattos, garantiu que essa deve ser a última sede provisória da Justiça Eleitoral em Juiz de Fora. Ao lembrar que já disputou nove eleições, ele reconheceu os avanços e a confiabilidade do processo eleitoral brasileiro. “Tenho profundo respeito e admiração pela Justiça Eleitoral”, ressaltou. Também discursou o juiz Paulo Tristão Machado Júnior, titular da 154ª Zona Eleitoral de Juiz de Fora e juiz supervisor da Região Eleitoral da Mata, que destacou as diversas realizações da gestão do desembargador Almeida Melo à frente do TRE, já que era o último evento presidido por ele no Tribunal.

A Central de Atendimento ao Eleitor em Juiz de Fora, que antes funcionava na Rua São Sebastião 772/776, no centro da cidade, passa a atender a partir desta segunda-feira na Rua Osório Almeida, 425, no Bairro Poço Rico. Todos os eleitores das zonas eleitorais 152ª (Belmiro Braga e Juiz de Fora), 155ª (Chácara e Juiz de Fora), 315ª (Coronel Pacheco e Juiz de Fora), 153ª, 154ª, 349ª (todas de Juiz de Fora) que precisarem dos serviços da Justiça Eleitoral para alistamento, transferência ou segunda via de título deverão procurar o novo endereço a partir de agora.

O novo prédio, alugado pela Justiça Eleitoral, tem estrutura para atender aos quase 380 mil eleitores que eram anteriormente atendidos no centro da cidade. O imóvel tem quatro pavimentos, sendo que o TRE-MG passou a utilizar o 1º (térreo), o 3º e o 4º. A Central de Atendimento ao Eleitor ocupa todo o andar térreo, que foi adaptado com rampa e banheiro para assegurar a acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção. No local, há oito guichês de atendimento para os eleitores inscritos nas zonas eleitorais que abrangem os municípios de Juiz de Fora, Belmiro Braga, Chácara e Coronel Pacheco.

Piso salarial para PM’s

Diversos deputados defenderam ontem, em discursos no Plenário, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08, que cria um piso salarial nacional para os policiais militares e bombeiros militares. Cerca de cinco mil policiais militares e bombeiros de todo o País realizaram ontem, em Brasília, um ato pela aprovação da PEC e ocuparam as galerias do Plenário da Câmara.

O deputado Capitão Assunção (PSB-ES) lembrou que o presidente da Câmara, Michel Temer, assumiu no fim do ano passado o compromisso de colocar a PEC em votação. Uma comissão especial da Câmara aprovou a proposta em novembro passado, na forma do parecer do deputado Major Fábio (DEM-PB), e definiu o piso em R\$ 4,5 mil. A PEC ainda precisa ser votada pelo Plenário.

Para o autor da proposta, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o piso nacional vai evitar distorções salariais entre os estados. Ele defendeu a aprovação do texto original da PEC, que equipara o salário da categoria em todo o País ao dos PMs e bombeiros do Distrito Federal. Os deputados da comissão especial, no entanto, retiraram esse dispositivo por considerar que a Constituição veda a equiparação salarial.

Em seu discurso, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) afirmou que a mobilização em torno da PEC 300 representa não apenas a discussão em torno da remuneração de uma categoria profissional, mas do debate sobre as políticas públicas de segurança.

O deputado Elismar Prado (PT-MG) afirmou que, apesar de o Brasil ter avançado em condições sociais, a segurança pública é a maior preocupação dos brasileiros.

Já o deputado Lincoln Portela (PR-MG) criticou a existência de distorções nos gastos com segurança. Ele destacou que, enquanto as famílias de alguns detentos têm direito a um auxílio reclusão de R\$ 600 e o Estado gasta cerca de R\$ 2 mil com cada preso, os policiais do Rio de Janeiro recebem R\$ 900 por mês.

O deputado Ilderlei Cordeiro (PPS-AC) pediu a inclusão dos policiais civis entre os beneficiários da PEC. Já o deputado Jorginho Maluly (DEM-SP) defendeu a votação da PEC 549/06, que equipara o salário dos delegados ao do dos integrantes do Ministério Público.

Uma outra proposta em análise na Câmara (PEC 446/09, do Senado) prevê a criação de um piso salarial nacional para policiais civis, militares e bombeiros militares. O texto transforma os salários dessas três categorias em subsídios e estabelece que o piso será fixado em lei federal.



Homenagens

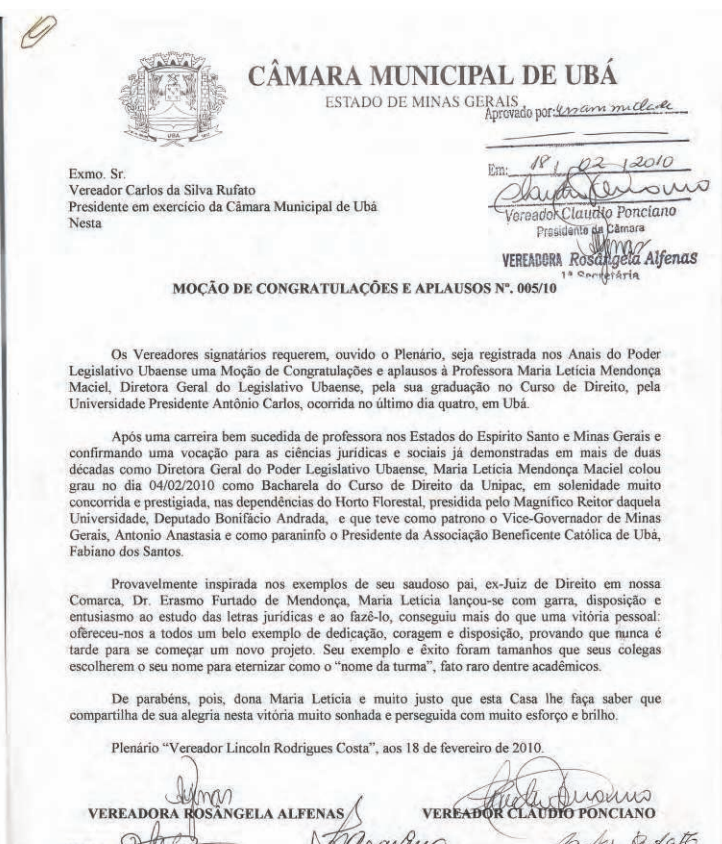
O servidor da Câmara, Gilmar Aparecido de Souza, recebeu uma placa das mãos do presidente da Associação de Tênis de Mesa, José Dias, em razão dos serviços prestados à entidade.

Na foto (C), sua esposa, Maria das Graças Nascimento de Souza e o presidente da entidade.

Formatura

A Diretora Geral da Câmara Municipal de Ubá, Maria Leticia Mendonça Maciel, concluiu a graduação no curso de Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC).

Maria Leticia recebeu homenagem de seus colegas que deram seu nome à turma. Os Vereadores aprovaram uma Moção de Congratulações e Aplausos em homenagem à diretora do Legislativo



Câmara transparente

PRESTANDO CONTAS



Com responsabilidade e respeito ao dinheiro público a Câmara Municipal de Ubá economizou quase 40% de seu orçamento no ano de 2009. Isso gerou retorno de 1 milhão, duzentos e cinquenta mil reais para a Prefeitura. Quando vereadores e Prefeitura trabalham em parceria quem ganha é a população. Com esse dinheiro novas obras acontecerão em Ubá:

Uma nova escola, duas clínicas de fisioterapia (Santa Bernadete e Cohab), um abrigo para recuperação de dependentes químicos e ainda 200 mil reais para os hospitais filantrópicos de Ubá (Santa Isabel e São Vicente) para compra de equipamentos e reformas.



Agora em Ubá é assim:
Câmara e Prefeitura trabalham
por uma Cidade melhor